

Alegada Fraude de 860 Mil Dólares na Base de Acusação Contra Casal Português em Díli

Díli, 28 fev 2017 (Lusa) - Um alegado conluio para defraudar Timor-Leste em 860 mil dólares é a base da acusação a um casal de portugueses que começou hoje a ser julgado em Díli pelos crimes de peculato, branqueamento de capitais e falsificação documental.

Segundo o Ministério Público (MP) timorense, Tiago e Fong Fong Guerra terão concertado o alegado desvio dos fundos - provenientes de impostos cobrados a empresas petrolíferas - com o consultor americano Bobby Boye, atualmente preso nos Estados Unidos.

Jacinta Correia, que lidera o coletivo de juizes do caso, e os juizes Ana Paula Jesus e Eusébio Xavier leram em conjunto a acusação, que só foi deduzida contra os dois portugueses no final do ano passado, 26 meses depois de terem sido detidos e constituídos arguidos.

O Ministério Público considera que os três colaboraram para desviar, através de uma empresa do casal em Macau, os fundos procedentes de impostos devidos ao Estado timorense e pagos por uma empresa petrolífera.

Os dois arguidos preferiram, na fase inicial do julgamento, manter o silêncio, tendo hoje respondido apenas a perguntas do tribunal para confirmar a sua identidade, com o advogado de defesa, Álvaro Rodrigues, a reafirmar à Lusa a confiança na inocência dos arguidos.

Inicialmente a procuradora Angelina Saldanha incluiu Boye como coarguido, acabando por separar do processo o consultor que em outubro de 2015, foi condenado por um tribunal dos Estados Unidos a seis anos de prisão e a devolver 3,51 milhões de dólares a Timor-Leste.

Essa condenação foi recordada no arranque do julgamento de hoje quando a defesa apresentou um requerimento solicitando ao tribunal que perguntasse ao Governo se os fundos defraudados a Timor-Leste já tinham sido devolvidos pelas autoridades norte-americanas.

Álvaro Rodrigues disse que o Governo timorense considera que esses fundos foram roubados por Boye e apresentou cartas em que o gabinete do primeiro-ministro solicita ao tribunal americano a devolução dos fundos.

“Eu quero saber se esse dinheiro já chegou porque se já chegou o MP não pode acusar os meus constituintes de se terem apoderado desse dinheiro porque eles não têm esse valor. Está nos Estados Unidos”, afirmou o advogado.

Boye era um consultor no âmbito de um protocolo de cooperação do Governo da Noruega para apoiar Timor-Leste para apoiar na recuperação de impostos devidos pelas empresas petrolíferas.

Mais tarde, em julho de 2011, foi contratado diretamente pela então ministra das Finanças, Emília Pires, para exercer funções até final do ano, com um salário de 250 mil dólares, como “assessor jurídico para a área de impostos petrolíferos”.

Determinar o estatuto de Boye - e perceber se era ou não funcionário público - é essencial para todo o processo, uma vez que o crime de peculato de que são acusados os arguidos é exclusivo de funcionários públicos.

Como branqueamento de capitais é crime subsidiário no código penal timorense necessita de um crime primário que, neste caso, é o de peculato.

Rui Hanjam, na altura vice-ministro das Finanças e primeira testemunha a ser ouvida hoje, admitiu ao tribunal que o contrato foi assinado com Boye como consultor ou assessor e não como funcionário público.

Daí que, sustentou a defesa, não se lhe aplicavam regras do funcionalismo público como a avaliação ou o 13º mês, com conflitos a serem resolvidos por métodos arbitrais próprios de um contrato de serviços e não de um funcionário.

A acusação acusou os três de terem preparado um “estratagema” para desviar fundos obtidos por Boye nas negociações com as petrolíferas, canalizados através da empresa de Fong Fong Guerra em Macau e que acabaram por ser usados por Boye para comprar um imóvel nos Estados Unidos.

Segundo o MP os três pretendiam realizar um conjunto de procedimentos “para ocultar a origem, a forma de obtenção e o destino final” desse valor “ilicitamente apropriado”, desviando assim “dinheiro de impostos fiscais que sabiam pertencer” a Timor-Leste.

A acusação alega que BB deu instruções para a transferências dos fundos para a Olive em Macau, o que sugerem marca “o início do processo de apropriação de receitas fiscais”, pretendendo fazer circular esses fundos por várias contas e empresas para os ocultar.

Os fundos foram transferidos posteriormente da conta da Olive em Macau para uma firma de advogados nos Estados Unidos que estaria a ser intermediária na compra do imóvel.

O julgamento continua no próximo dia 14 de março.

Testemunha Confirma Falhas no Sistema Fiscal Timorense em Julgamento de Dois Portugueses

Díli, 13 mar 2017 (Lusa) - A diretora geral dos impostos timorense confirmou hoje as falhas do sistema de recolha de receitas tributárias provenientes da exploração petrolífera que permitiram que o Estado fosse enganado em milhões de dólares por um consultor internacional.

Mónica Rangel falava na segunda sessão do julgamento de um casal de portugueses acusado de peculato, branqueamento de capitais e falsificação documental por um alegado conluio para defraudar Timor-Leste em 860 mil dólares.

Segundo o Ministério Público (MP) timorense, Tiago e Fong Fong Guerra terão concertado o alegado desvio dos fundos - provenientes de impostos cobrados a empresas petrolíferas - com o consultor americano Bobby Boye.

Hoje, como ocorreu no arranque do julgamento a 28 de fevereiro, a testemunha voltou a dizer que não conhecia qualquer ligação entre o casal português e Bobby Boye, com a quase totalidade das perguntas do Ministério Público a centrarem-se no consultor americano.

Rangel disse apenas que conhecia a empresa Olive Unipessoal, propriedade de Tiago Guerra, que estava registada em Timor-Leste e que pagou “poucos impostos”, não tendo sido detectada qualquer irregularidade tributária na empresa.

A responsável voltou a confirmar as circunstâncias em que Boye esteve ligado a Timor-Leste, repetindo que o americano não era funcionário público e foi contratado como consultor no âmbito de um protocolo de cooperação do Governo da Noruega para apoiar Timor-Leste na recuperação de impostos devidos pelas empresas petrolíferas.

Mais tarde, em julho de 2011, foi contratado diretamente pela então ministra das Finanças, Emília Pires, para exercer funções até final do ano, com um salário mensal acrescido de um incentivo de 250 mil dólares.

Determinar o estatuto de Boye - e perceber se era ou não funcionário público - é essencial para o processo, uma vez que o crime de peculato de que são acusados os arguidos é exclusivo de funcionários públicos.

O depoimento de Mónica Rangel ficou marcado por algumas contradições, nomeadamente no que se refere ao valor de impostos em atraso provenientes da empresa AS Geoconsulting (mais tarde absorvida pela DOF Subsea Norway SA) e que Boye terá desviado.

No depoimento na fase de inquérito, Rangel disse que o valor em dívida era de 1,2 milhões de dólares, mas na audiência de hoje referiu-se a 975 mil dólares, dos quais 145 mil dólares foram pagos para a conta do Fundo Petrolífero.

A defesa questionou a testemunha sobre a contradição - referindo não entender a que se deve o cálculo dos 860 mil alegadamente desviados por Boye -, tendo Mónica Rangel admitido que corrigiu o valor em dívida depois de “comprovar os dados no sistema”.

Respondendo em repetidas ocasiões não ter conhecimento de vários aspetos do processo de Boye e das empresas em causa, Rangel chegou mesmo a ser confrontada com emails que lhe foram endereçados por Boye mas que admitiu não ter lido.

Um deles, citado pela defesa, refere-se à empresa Olive Consultancy, detida por Fong Fong Guerra em Macau, mas que no referido correio eletrónico é dada como tendo uma direção postal em Timor-Leste.

A defesa questionou a testemunha sobre se não achou “estranho” que uma empresa com sede em Macau tivesse uma direção em Timor-Leste, “ainda para mais a direção pessoal” de Boye, algo que Rangel admitiu não ter averiguado.

Mónica Rangel admitiu que, numa situação normal, as empresas pagam os impostos petrolíferos diretamente na conta do Fundo Petrolífero, junto da Reserva Federal nos Estados Unidos, explicando não saber o que aconteceu ao resto do dinheiro desviado.

O coletivo de juízes quis saber as falhas do sistema de impostos que durante seis anos, entre 2004 e 2010, não fez qualquer liquidação às empresas AS Geoconsulting e DOF Subsea Norway SA.

“Como é que isto pode acontecer”, questionou a juíza, tendo a testemunha afirmado que desconhecia a situação.

Rangel admitiu ainda que necessita de ser revisto o procedimento pelo qual são feitas as negociações das petrolíferas com os consultores, como ocorreu com Boye, em que houve correios diretos entre as partes sem que os superiores timorenses tivessem conhecimento.

“Eles fazem essa comunicação direta sem nos informar. É um falhanço de comunicação e um procedimento que temos de melhorar”, disse.

O julgamento continua com o testemunho de Câncio Oliveira, que foi diretor geral de receitas e alfândegas entre 2009 e 2012.

Defesa de casal português retido em Timor-Leste prescinde de testemunhas

Díli, 14 mar (Lusa) - A defesa de um casal de portugueses que está a ser julgado em Díli prescindeu hoje de todas as suas testemunhas considerando que o Ministério Público não fez com as testemunhas que apresentou qualquer prova de acusação.

Álvaro Rodrigues, um dos três advogados de defesa de Tiago e Fong Fong Guerra, disse na segunda sessão do julgamento, que começou no passado dia 28, que a defesa estava preparada para avançar para alegações finais.

Em resposta, a procuradora Angelina Saldanha disse que a prova está nos documentos que fazem parte dos autos, tendo o tribunal mantido a próxima audiência para 28 de março, dando ainda tempo para que possa ser apresentada, num prazo de 10 dias, documentação adicional.

Recorde-se que Tiago e Fong Fong Guerra estão a ser julgados em Díli pelos crimes de peculato, branqueamento de capitais e falsificação documental, sendo alegado pelo Ministério Público que terão participado num conluio para defraudar Timor-Leste em 860 mil dólares.

Segundo o Ministério Público (MP) timorense, Tiago e Fong Fong Guerra, terão concertado o alegado desvio de fundos - provenientes de impostos cobrados a empresas petrolíferas - com o consultor norte-americano Bobby Boye.

Na segunda parte da sessão de hoje, o tribunal ouviu a terceira e última testemunha da acusação, Cândio Oliveira, que foi diretor geral de receitas e alfândegas entre 2009 e 2012, que voltou a confirmar praticamente tudo o que já tinha sido dito pelas testemunhas anteriores.

A quase totalidade das questões voltaram a incidir na relação de Boye com o Ministério das Finanças e na informação de que o assessor - Oliveira voltou a confirmar que não era funcionário público - terá em parte negociado sem autorização dos superiores timorenses, com as empresas petrolíferas.

A sessão ficou marcada por alguma tensão numa altura em que Cândio Oliveira foi questionado sobre o valor de impostos em atraso provenientes da empresa AS Geoconsulting (mais tarde absorvida pela DOF Subsea Norway SA) e que Boye terá desviado.

Oliveira disse que pensava serem cerca de 975 mil dólares mas não foi capaz de dizer como sabia esse valor limitando-se a dizer que a informação lhe foi prestada por um funcionário ou funcionária do Ministério das Finanças que não quis identificar.

A defesa questionou esta parte do depoimento exigindo que, por ser indireto, deveria ser retirado dos autos.

Nenhuma das três testemunhas apresentadas pelo Ministério Público no julgamento provou qualquer dos crimes de que o casal português é acusado e todos confirmaram não conhecerem os dois arguidos.

As três testemunhas confirmaram ainda que Boye não era funcionário público mas sim um assessor internacional.

Determinar o estatuto de Boye - e perceber se era ou não funcionário público -- pode ser determinante para todo o processo, uma vez que o crime de peculato de que são acusados os arguidos é exclusivo de funcionários públicos.

Recorde-se que o casal português está retido em Díli e impedido de sair do país há mais de dois anos, tendo Tiago Guerra passado oito meses em prisão preventiva na cadeia de Becora.

O julgamento continua a 28 de março.

Autoridades Timorenses Sabiam de Transferência Suspeita Que Envolve Casal Português - MP

Díli, 28 mar (Lusa) - O Ministério das Finanças timorense teve conhecimento da transferência bancária que está no centro do processo contra um casal português julgado em Timor-Leste, segundo documentação judicial a que hoje a Lusa teve acesso.

Tiago e Fong Fong Guerra estão a ser julgados no Tribunal Distrital de Díli desde janeiro, acusados dos crimes de peculato, branqueamento de capitais e falsificação documental e um dos motivos é uma transferência de 859.706,30 dólares (792 mil euros), feita em 2011 para a conta da empresa da arguida por um consultor norte-americano, entretanto condenado nos Estados Unidos por fraude a Timor-Leste.

O consultor, Bobby Boye - que está atualmente preso nos Estados Unidos por defraudar Timor-Leste em 3,5 milhões de dólares (3,2 milhões de euros) - esteve a apoiar o Governo timorense a recuperar impostos devidos ao país.

Documentos incluídos pelo Ministério Público no processo, a que a Lusa teve hoje acesso, mostram que Bobby Boye informou a diretora-geral dos Impostos, Mónica Rangel, e o diretor-geral de Receitas, Câncio Oliveira, das instruções da transferência.

Mensagens de correio eletrónico com essa informação foram referidas na sessão de hoje do julgamento em que se previa a realização de alegações finais mas onde acabaram por ser apresentados outros dados e ouvidos uma nova testemunha.

Os documentos contidos no processo mostram que a verba em causa faz parte de impostos em atraso desde 2004 que o Governo timorense exigia à empresa AS Geoconsult e que em setembro de 2011 totalizavam \$1.009.332: correspondendo a impostos no valor de \$318.074,15, uma multa idêntica ao valor em dívida mais \$357.180 em juros.

Nas mensagens que constam no processo – todas enviadas com conhecimento daqueles dois responsáveis governamentais - Boye explica ao seu advogado, que mediu no caso das dívidas da Geoconsult, que a empresa devedora “contesta o valor total de impostos”, tendo apresentado uma reclamação.

Numa das mensagens, Boye explica que a empresa vai transferir para o Fundo Petrolífero a dívida que não é contestada - no valor de cerca de \$145.000 - sendo que “o saldo (menos honorários de 4.172,31 dólares) será mantido por um agente ‘escrow’ [uma terceira parte que ficará responsável pela verba até à conclusão da contestação] aqui em Timor-Leste”.

Nesse sentido, indicam as mensagens, Boye ordenou aos advogados que depositem \$145.441,23 na conta do Fundo Petrolífero e os restantes \$859.706,30 na conta ‘escrow’ da Olive Consultancy Company Limited, com sede em Macau, dirigida por Fong Fong Guerra.

Na sessão de hoje foi ouvida Maria Ângela da Costa Soares, gerente de Liquidação do Banco Central, que foi questionada sobre como se processam os pagamentos ao Fundo Petrolífero.

A responsável explicou que todas estas receitas são depositadas diretamente pelos contribuintes, não passando por qualquer intermediário, e disse não ter conhecimento de qualquer situação em que um pagamento envolvesse uma conta ‘escrow’, modalidade usada para reduzir riscos entre duas partes envolvidas numa transação.

Na documentação do processo, consta também uma carta de junho de 2015 da ministra das Finanças timorense, Santana Cardoso, ao tribunal de New Jersey, onde Boye foi condenado, em que a governante pede a devolução a Timor-Leste dos vários fundos roubados pelo consultor.

Na carta, a ministra refere-se a cinco quantias obtidas por Boye fraudulentamente que incluem “859.706,30 dólares obtidos pelo arguido através do abuso da sua posição de confiança”.

O tribunal conheceu hoje o conteúdo de uma outra carta, de 22 de março último, em que o primeiro-ministro timorense, Rui Maria de Araújo informa a juíza que preside ao coletivo de juízes deste processo que “esse montante de 859.706,3 dólares não foi devolvido ao Governo timorense nem a sua restituição foi solicitada”.

No documento, o governante timorense alega que o alegado crime relacionado com essa verba “não ocorreu em território americano nem envolveu bancos americanos” mas sim em Macau, numa referência ao uso da empresa ‘escrow’ de Fong Fong Guerra.

Por isso, os tribunais norte-americanos separaram este caso do processo principal pelo qual Boye foi condenado. Em 2015, o ex-assessor jurídico do Governo de Timor-Leste declarou-se culpado em audiência pública por ter defraudado o Estado de Timor-Leste em 3,5 milhões de dólares, tendo sido condenado a seis anos de prisão.

Então, Boye criou, de modo sigiloso, um escritório de advogados e de contabilidade fictício em Nova Iorque que recomendava ao Governo de Timor-Leste que lhe entregasse contratos de consultoria na área da exploração e gestão petrolífera.

A sessão de hoje em Díli terminou com o Ministério Público a aceitar devolver a Tiago e Fong Fong Guerra vários equipamentos eletrónicos que lhes foram confiscados aquando da detenção e que a defesa insistia, há mais de dois anos, necessitar em parte para preparar o caso.

A próxima sessão decorre a 11 de abril.
